



## **Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo como atividade de extensão universitária: métodos de aproximação entre técnicos e comunidade**

Office Model of Architecture and urbanism as an activity of university extension: methods of approach between technicians and community

*Juliana de Kássia Siqueira Pinheiro,  
Profissional Autônomo,  
julianakspineiro@gmail.com.*

*Thalyta Fernandes, UEMA,  
thalytafernandes.arq@gmail.com.*

## RESUMO

Pensar a prática do profissional arquiteto e urbanista no âmbito da função social da profissão, nos mostra que comumente o saber técnico subjugua os saberes empíricos. Quando se trata da grande parcela da população que não tem acesso ao profissional, a forma de se pensar arquitetura, com a utilização de metodologias projetuais tradicionais, costuma criar uma enorme distância entre profissional e usuário. Envolver as comunidades nos processos de projeto não é uma prática amplamente estimulada, o que torna comum a existência de iniciativas pontuais. Dentre essas iniciativas pontuais, encontra-se a extensão universitária, que no campo da arquitetura e do urbanismo aproxima estudantes de uma realidade social que nem sempre faz parte do seu cotidiano, sendo muitas vezes distante e desconhecida. O presente artigo aborda a atuação dos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo como uma prática de extensão universitária e versa sobre os métodos utilizados para que a aproximação entre arquitetos e comunidade seja efetiva durante os processos de projeto. É importante ressaltar que não há uma fórmula a ser usada e que garanta o sucesso e o êxito dos trabalhos. Cada comunidade tem suas especificidades, o que acaba influenciando no modo de lidar com cada uma delas. Quando se inclui a comunidade nos projetos, a arquitetura passa a ser vivida como um processo, e a participação também. Trata-se de um processo de descobertas que vai se construindo a cada encontro com a comunidade e com cada realidade a ser transformada.

**Palavras-chave:** Participação. Função Social. Escritório Modelo. Extensão Universitária. Metodologias de aproximação.

## ABSTRACT

Thinking about the practice of the professional architect and town planner within the scope of the social function of the profession shows us that technical knowledge commonly subjugates empirical knowledge. When it comes to the large portion of the population that does not have access to the professional, the way of thinking architecture, using traditional project methodologies, usually creates a huge gap between professional and user.

Engaging communities in project processes is not a widely-stimulated practice, making joint ventures common. Among these specific initiatives is the university extension, which in the field of architecture and urbanism brings students closer to a social reality that is not always part of their daily life, and is often distant and unknown. This article deals with the role of the Model Architecture and Urbanism Offices as a university extension practice and deals with the methods used to make the approach between architects and the community effective during the design process. It is important to emphasize that there is no formula to be used that guarantees the success and success of the work. Each community has its specific characteristics, which end up influencing the way to deal with each of them. When the community is included in the projects, the architecture happens to be lived as a process, and participation as well. It is a process of discovery that is being

built at every encounter with the community and with each reality to be transformed.

**Keywords:** Participation. Social role. Office Model. University Extension. Approximation methodologies.

## INTRODUÇÃO

A prática profissional do arquiteto e urbanista contemporâneo, no que diz respeito a sua função social, tem enfrentado novos desafios quanto a metodologia projetual tradicional, quando o saber técnico subjuga os saberes populares.

No Brasil, o arquiteto é reconhecido como profissional a serviço da população de alta renda, com projetos residenciais, comerciais e institucionais em terrenos e edificações planejadas - onde a relação cliente e contratado é de fácil compreensão – por outro lado temos uma grande parcela da população excluída habitando em assentamentos precários em áreas de risco, construídos por meio da autoprodução e na ausência de espaços públicos. A ilegalidade da ocupação aliada a deficiência de políticas públicas e a instabilidade do tempo de permanência contribuem para a falta desse profissional em colaborar para tornar a vida dessas pessoas mais digna.

Whitaker (2011) ressalta que há uma necessidade iminente de iluminar, também, uma outra face da arquitetura e do urbanismo, menos vistosa, menos evidente e menos celebrada, mas cuja importância é fundamental para tirar a profissão do impasse em que se encontra. Seria o momento de refletir se o único segmento a ser considerado “de sucesso” no Brasil é a arquitetura autoral e destinada a estratos sociais de alta renda, que acaba sendo endeusada, limitando o campo de atuação e reduzindo a quantidade de profissionais “bem-sucedidos” no mercado.

Nesse sentido, o presente artigo discorre sobre métodos e técnicas de aproximação entre arquiteto, usuário e objeto possibilitando a realização de projetos participativos onde os usuários possuam desempenho ativo durante todo o processo de um projeto, fazendo com que o técnico possa atuar em conjunto da população em uma escuta aos saberes populares e anseios da sociedade, deslocando, assim, o lugar ocupado pelo profissional de determinar todas as respostas, tornando-as inquestionáveis.

## ARQUITETOS E SUA FUNÇÃO SOCIAL

Segundo dados da União Internacional de Arquitetos (UIA apud CAU/BR, 2012), os arquitetos trabalham para apenas 8% da população. A gênese histórica dos serviços prestados por este profissional está constantemente associada com a clientela de classe alta, em que o cliente leva suas demandas, o arquiteto cria uma solução e o cliente poderá aprovar com ou sem ressalvas. Esta é uma concepção generalizada da reprodução da prática de projeto convencional que é produzida, em que o conhecimento técnico faz parte da negociação, porém o elemento principal é o capital simbólico (KAPP et al, 2012).

Nas áreas menos contempladas pelos serviços do arquiteto estão as ocupações irregulares e as camadas mais excluídas da população, que segundo o IBGE (2010) somavam mais de 11 milhões de pessoas, no censo de 2010, em aglomerados subnormais – nome técnico dado pelo IBGE para designar locais com no mínimo 51 domicílios sem título de propriedade e com irregularidades das vias de circulação e dos lotes e/ou carência de serviços como coleta de lixo, rede de esgoto, distribuição de água, etc.

Apesar da demanda pelos serviços do arquiteto nessas situações, Maragno (2012) ressalta a dificuldade em se encontrar meios que propiciem os benefícios deste profissional à totalidade da população e Maricato (1995) critica a falta de envolvimento dos profissionais com a realidade do território. Por muitas vezes estes profissionais até estão comprometidos com o tema em si, porém trabalham em uma realidade virtual através das representações nos gabinetes, distante de locais com assentamentos precários, ausência de saneamento e segurança ambiental.

Uma das medidas realizadas buscando este propósito, foi a criação da Lei 11.888/2008 conhecida como Lei da Assistência Técnica à Moradia de Interesse Social que proporciona que as famílias que recebem abaixo de três salários mínimos possam receber de forma gratuita assistência técnica de profissionais arquitetos e engenheiros para obras de construção residencial. Na teoria, esta lei poderia refletir melhorias em outras áreas, aumentando a qualidade das residências da população, diminuindo riscos à saúde e à vida. Segundo Ribeiro (2012), apesar dessa lei conceder esse recurso aos municípios, muitos não possuem legislação específica, e nem conhecimento do processo e gestão adequada de contratos, o que acaba impossibilitando a criação do serviço municipal de assistência técnica, travando a destinação da verba.

No Brasil, as soluções apresentadas para resolver os problemas dos assentamentos precários é o da construção de grandes quantidades de habitações, muitas vezes em locais afastados do centro da cidade ou do local atual ocupado pela comunidade remanejada, aumentando os deslocamentos, o que custa dinheiro e tempo. Essas habitações dificilmente atendem as reais necessidades das famílias, não são pensadas em conjunto ao seu entorno ou com espaços públicos.

Todas essas intervenções vão gerar impacto nas cidades a curto, médio e longo prazo, o que nos faz questionar como são essas cidades que estamos produzindo e para quem. São inúmeras as dificuldades no desenvolvimento de uma cidade feita para todos, e se é para todos deveria ser natural que as escolhas e decisões fossem compartilhadas e não ficassem nas mãos de poucos.

O envolvimento da política costuma ser excluído da discussão arquitetônica. Contudo, sendo a participação uma questão principalmente política, é fundamental que a arquitetura que a aplique considere esse fator. Segundo Jones, Petrescu e Till (2005), a dimensão da política é muitas vezes evitada pois diferencia o funcional do estético, sendo o primeiro objetivo da ergonomia e o segundo como linguagem privada que não deve ser debatida politicamente. Porém, a introdução da política leva a participação além do pragmatismo, forçando-a a se envolver com questões que, a longo prazo, tornarão a arquitetura mais consciente e responsável.

Podemos perceber a necessidade de se discutir e quebrar os paradigmas da profissão, já que os pré-conceitos são difíceis de se enfrentar, principalmente quando parecem estar enraizados em muitos profissionais, na mídia e também no próprio processo de administração e gestão do poder público.

Então, temos de um lado a necessidade de um novo olhar sobre a função social que o arquiteto deve exercer e de outro as dificuldades de aproximação com os usuários do espaço. Ao considerar esses aspectos podemos perceber a importância da participação dos usuários em projetos arquitetônicos e de urbanismo no desenvolvimento de melhorias para as cidades, construindo pertencimento e permitindo no futuro a autogestão pelas comunidades.

## **O QUE É PARTICIPAÇÃO?**

“Participação é a redistribuição de poder que permite aos cidadãos sem-nada, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro” (ARNSTEIN, 2002). É um processo que ninguém nasce sabendo, que requer treino e principalmente mudança de nossos comportamentos e atitudes, para que se possa aumentar a transparência e permitir acesso total às informações (CORDIOLI, 2010).

O ideal para a democracia participativa seria os cidadãos tomarem parte, se sentirem parte de algo e realmente ter parte legítima para construir algo em conjunto da qual sintam que fazem parte. O processo de participação pode ocorrer de modo micro e/ou macro, onde as participações micro seriam uma forma de aprendizagem para se chegar a macro participação (BORDENAVE,1983).

Bordenave (1983) acredita que temos vários indícios que estamos entrando em uma “era da participação”, como se a civilização moderna com seus meios eletrônicos de comunicação rápida, instantânea e massiva, tivesse levado os homens primeiro a um voraz individualismo para depois reagir defensivamente à alienação crescente, os levando cada vez mais à participação coletiva.

Nessa “era da participação”, também temos o advento das redes sociais, onde a informação é passada cada vez mais veloz, por vezes de forma equivocada, mas que em contrapartida consegue reunir com facilidade as massas em busca de que representantes possam ouvir as vozes da população em assuntos de interesses gerais, porém ainda comandados por poucos.

“O debate sobre participação vai de encontro a um dos principais pontos de nossa sociedade, a questão do poder. Participação significa acesso ao poder. Poder para tomar decisões, para alocar recursos, para iniciar e encerrar projetos” (BROSE, 2010, p. 9). Arnstein (2002) chama o processo de participação sem distribuição de poder de “vazio”, que acaba servindo apenas de benefício para alguns grupos utilizarem do argumento de que todos os lados foram ouvidos. É nesse momento que participação deixa de ser algo “superficial”, de organização ativista imediata para algo que mexa com as composições sociais políticas e econômicas.

Nessa busca a um maior acesso aos bens da sociedade, a participação objetiva em seu “fim” um processo de autogestão, onde a própria sociedade terá uma relativa autonomia em relação aos poderes do Estado e das classes dominantes. Isso não significa não ter mais um Governo e sim fazer com que a população com um grau maior de consciência política, possa trabalhar em conjunto ao poder público (BORDENAVE,1983).

Independentemente do nível de participação, para Bordenave (1983) este é o caminho natural que o ser humano tem de se expressar, realizar, se afirmar, criar e dominar a natureza e o mundo, interagindo com outras pessoas e desenvolvendo pensamentos reflexivos. Assim, o futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa.

Logo a participação terá duas bases complementares – afetiva e instrumental. A afetiva, como o próprio nome já sugere, está muito mais ligada às emoções, ao prazer em se fazer coisas com outras pessoas enquanto que a instrumental é mais da praticidade, pois fazer algo em grupo é muito mais eficaz e eficiente do que fazer algo sozinho.

Bordenave e Arnstein são autores que descrevem e nivelam a participação de forma generalizada, tomando de exemplos, empresas e processos políticos. Tratando-se no âmbito da arquitetura e urbanismo, a participação ainda não é uma prática estimulada em larga escala, contribuindo para que surjam iniciativas pontuais em microescala, como as atividades de extensão universitária, por vezes utilizando e adaptando métodos de outras áreas.

## **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS ESCRITÓRIOS MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO (EMAU’S)**

Deve-se levar em conta que o profissional atuante no mercado é um reflexo do que está sendo ensinado nas Universidades. Entendendo a Universidade como produtora de saberes e

conhecimentos técnicos e científicos, esta ocupa um importante papel na transformação da sociedade e tem na extensão, a atividade responsável por fazer a troca entre os conhecimentos técnicos produzidos na Academia e os saberes empíricos frutos da realidade e vivência da sociedade civil.

A extensão juntamente com o ensino e a pesquisa, compõe a tríade básica para uma educação de qualidade, a qual alia o conhecimento produzido com a realidade social. Entende-se a extensão não como prática unilateral onde a Universidade é detentora magna de conhecimentos técnicos e vai “estender algo desde a ‘sede do saber’, até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta” (FREIRE, 1983), trata-se de “extensão como comunicação, onde ambas as partes estendem seus conhecimentos, e só através do exercício desse diálogo constante se chegue a uma forma de educação libertária e condizente com nossa realidade social” (POEMA, 2005).

Nos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Brasil temos os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) que são um projeto de extensão universitária conceituado e fomentado pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA). No início da década de 90, em um contexto de reabertura política e de retorno das atividades dos Centros Acadêmicos e da própria Federação, os EMAUs surgem - após a retomada das discussões acerca das atividades e práticas acadêmicas - no sentido de complementar a educação universitária e de firmar um compromisso com a realidade social brasileira, dessa forma, visam a melhoria da educação e da formação profissional através da vivência social e da experiência teórico-prática como um todo.

As atividades extensionistas, no geral, podem acontecer de diversas formas e atingir diversas parcelas da sociedade, no que tange a arquitetura e o urbanismo tais atividades aproximam os estudantes de uma realidade social por vezes desconhecida e, por este motivo, deve-se ter cautela em como conduzir os processos de projeto junto às comunidades.

## **MÉTODOS E TÉCNICAS DE APROXIMAÇÃO ENTRE ARQUITETO, USUÁRIO E OBJETO E SUAS APLICAÇÕES**

Visando a realização de projetos participativos onde os usuários possuam desempenho ativo durante todo o processo de projeto, fazendo com que o técnico possa atuar em conjunto da população em uma escuta aos saberes populares e anseios da sociedade, deslocando, assim, o lugar ocupado pelo profissional de determinar todas as respostas, tornando-as inquestionáveis, serão analisados métodos e técnicas de aproximação entre arquiteto, usuário e objeto e as suas aplicações em um projeto desenvolvido pelo Escritório Modelo Solar da Universidade Estadual do Maranhão juntamente com a Associação Nossa Senhora do Loreto.

Com objetivo de operacionalizar o processo de participação, reduzir exclusões e diminuir as barreiras entre os atores sociais envolvidos no processo existem métodos e instrumentos que podem ser utilizados, considerando cada situação, porém não garantindo a qualidade dos resultados. Em alguns momentos essas ferramentas podem ser utilizadas de forma autoritária e manipuladora e nem sempre se dão em harmonia pois a essência da democracia está no constante conflito entre os diferentes interesses (Brose, 2010).

Esses métodos e instrumentos ajudam a conduzir os processos de participação, permitindo que o maior número de pessoas participe e que todas as ideias sejam registradas e levadas em consideração. Constantemente, mesmo com o uso de métodos de participação não se consegue a promoção de processos participativos, alguns avançam significativamente e outros se tornam

superficiais. Este estudo utilizou como referência para intervenção, os seguintes métodos descritos na tabela a seguir:

<b>MÉTODOS</b>	<b>RESUMO</b>	<b>FERRAMENTAS</b>
<b>Moderação</b> Collette (2010)	Consiste na presença de um agente neutro, responsável em facilitar, reger e regular a comunicação criando um ambiente de segurança que colabore para se chegar em um resultado esperado denominado moderador	Etapas de integração; dinâmicas de grupo; perguntas simples e claras; visualizações ex. fichas – Metaplan; roteiro de atividades
<b>Planejamento estratégico</b> Sanoff (2006)	Método com objetivo de produzir decisões e ações que possam orientar uma comunidade, identificando metas, prioridades, problemas, possíveis soluções e avaliação de resultados.	Coletas de informações
<b>Oficina do futuro</b> Jungk e Muellert e	O processo que inclui capacidades emocionais e criativas nos processos de planejamento. É dividido em três fases principais – crítica, utopia e realização	Exercícios criativos e exercícios de movimentação rítmica
<b>descrita por Matthäus (2010)</b>		

<p><b>Método ZOPP Brose (2010)</b></p>	<p>Processo dividido em três etapas: Primeiro, o diagnóstico em que se faz um mapeamento de todos os indivíduos, grupos e organizações; Análise dos problemas; Análise de objetivos.</p> <p>Em uma segunda etapa, o grupo deve escolher dentre as alternativas a que melhor se encaixa para intervir na realidade analisada, baseando-se em um Marco Referencial, que define o período de tempo, os envolvidos e os recursos disponíveis.</p> <p>Esta fase consiste no detalhamento do projeto, setorizando em níveis de importância os objetivos que expressam a estratégia – ver figura abaixo.</p> <p><i>Figura 1 - Objetivos do detalhamento do</i></p> <div style="text-align: center;">  </div> <p><i>projeto.</i></p>	<p>Árvore de objetivos e árvore de problemas</p>
<p><b>Processo Charrette</b></p>	<p>Processo participativo em que todas as vozes, opiniões e pontos de vista são considerados e loops de feedback são gerados. Seu desenvolvimento tem</p>	

## APLICAÇÕES DOS MÉTODOS EM ESTUDO DE CASO

A Associação Nossa Senhora de Loreto está localizada na Avenida Tancredo Neves, na Vila Flamengo em São Luís – Maranhão. A Vila Flamengo é considerada um aglomerado subnormal (IBGE), carente de distribuição de água, rede de esgoto, iluminação pública suficiente e etc.

O Loreto é um sítio arborizado com uma área de aproximadamente 4 hectares que se tornou espaço de atração em seu entorno, oferecendo às crianças, adolescentes e jovens que se encontram vulneráveis à criminalidade e violência da área, atividades de reforço escolar, aulas de música, informática, leitura, espaço de lazer e encontro com a natureza e à comunidade oportunidades de cursos de panificação, culinária regional, artesanato, marcenaria e plantio de vegetais. A Associação já foi reconhecida através de três premiações: em 2008, pelo programa tecendo sonhos do FIES – Fundo Itaú Excelência Social, em 2009 como vencedor do prêmio regional do Itaú-Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância e em 2015, com o prêmio BNDES de boas práticas em economia solidária. Também já foram contemplados com benefícios pelo Criança Esperança da Unesco – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.



Figura 2 – O sítio do Loreto.

Todo o funcionamento das atividades na Associação é gerido pelo pensamento da economia solidária, que segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), consiste em produzir uma atividade econômica baseada na cooperação e autogestão, em que os integrantes não são divididos em patrões e empregados, todos são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.

O primeiro contato com o EMAU Solar foi em 2014, porém na época o escritório ainda não estava estruturado e não possuía membros o suficiente para a demanda do local. O segundo contato surgiu da oportunidade do Loreto ser inserido como uma das áreas trabalhadas no 6º Atelier Internacional de Criação Urbana – EQUINOX, que aconteceu em setembro de 2015 em São Luís - MA. O evento teve o propósito de contribuir para melhorias de áreas de baixo IDH na cidade de São Luís, propondo soluções criativas e inovadoras em um processo de imersão de duas semanas na universidade, incluindo a participação das comunidades envolvidas, com o tema “Mais IDH Urbano: Equilíbrio, Diversidade e Solidariedade”.

Dois grupos formados por estudantes das universidades participantes - Universidade Estadual do Maranhão, a Universidade Federal do Maranhão, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e as universidades italianas Camerino-Ascoli Piceno e La Sapienza di Roma – ficaram responsáveis por desenvolver ideias criativas baseadas em um conceito que relacionasse a identidade da Associação, seus problemas e as possíveis soluções, do evento surgiram 2 propostas gerais para o espaço.

Com a finalização do EQUINOX, todos os envolvidos sentiram a necessidade de que aquelas propostas (que pararam em nível preliminar) pudessem ser levadas adiante, continuando o

trabalho com a comunidade, que sempre demonstrou interesse na interação e troca de conhecimento com a universidade e permitindo a relação entre universidade-sociedade. Em novembro de 2015, o EMAU Solar concorreu ao EDITAL Nº 32/2015 PACCEJ BEX da FAPEMA com o projeto “Coletivo Solar: Consolidação das atividades de empresa júnior do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão” e seus dois planos de trabalho: "Os escritórios modelos nas práticas de projeto participativo: EMAU Solar e Associação Nossa Senhora do Loreto" e "Práticas de projeto participativo urbano e arquitetônico na Associação Nossa Senhora do Loreto: Solar e Comunidade".

Com a aprovação do projeto, de duração de 12 meses, iniciou-se uma nova etapa nos trabalhos com o objetivo de trabalhar níveis mais altos de metodologias de participação no desenvolvimento do projeto, buscando conhecer melhor a comunidade, envolvê-la nas etapas e promover melhorias diretas para a área.

As fases adotadas para o estudo de caso foram:

- 1 Conhecer as necessidades e anseios da Associação Nossa Senhora de Loreto por meio de métodos e técnicas participativas e utilização dos materiais levantados previamente no EQUINOX;
- 2 Pesquisa, análise e criação de propostas de acordo com as limitações de recursos da área;
- 3 Submissão das propostas à comunidade, permitindo intervenções, sugestões e mudanças;
- 4 Mutirões de ação para execução de melhorias imediatas necessárias, caminhando em paralelo ao andamento do projeto;
- 5 Auto avaliação dos membros do EMAU após os encontros com a comunidade como meio de minimizar as falhas e aperfeiçoar os pontos fortes;

Os atores envolvidos no processo foram membros do EMAU SOLAR, membros da Associação Nossa Senhora de Loreto, alunos do reforço escolar, participantes das oficinas ministradas no Loreto, membros da comunidade do entorno e os pais dos alunos, professores orientadores, outros técnicos/professores/sociedade em geral que tivessem interesse em contribuir com conhecimento e/ou mão de obra. Todas as reuniões com a comunidade aconteceram no próprio sítio do Loreto, visando uma melhor integração do Escritório com a comunidade, estreitando os laços para que se conseguisse atender corretamente os anseios da comunidade.

O primeiro encontro dos membros do EMAU Solar com os integrantes do Loreto, pós EQUINOX ocorreu no dia 30 de janeiro de 2016 e foi organizado previamente com o objetivo de apresentar as duas propostas que foram trabalhadas pelos grupos no EQUINOX, visando identificar as soluções e propostas que mais contemplavam a comunidade. As atividades dessa reunião foram divididas em três momentos. O primeiro consistiu em uma “dinâmica de reconhecimento”, descrita por Collete (2010) no método da Moderação, que tem por objetivo que as pessoas possam se conhecer e deixar o ambiente em um clima mais descontraído. Ela aconteceu da seguinte forma: pedimos que todos formassem um círculo e que cada pessoa de posse de uma bola, se apresentasse e dissesse o que esperava para o projeto do Loreto.



*Figura 3 – Dinâmica de reconhecimento.*

Depois que todos haviam falado, escrevemos nossos nomes em uma etiqueta adesiva para que fôssemos identificados mais facilmente. Essa primeira etapa é importante, pois deixa as pessoas mais relaxadas e permite que todos se expressem. O segundo momento, foi o de apresentação das propostas dos grupos do EQUINOX. Após cada apresentação, abríamos espaço para que as pessoas pudessem comentar a respeito das propostas, sugerir ideias ou simplesmente demonstrar seu posicionamento. Poucas pessoas falaram nesse momento e ouvimos as indicações feitas por Jucilene:

Nossa dificuldade principal é onde locar cada coisa [...] em um espaço grande, a gente precisa localizar em local correto e a gente não tem esse olhar [...] a gente precisa de quem apurou esse olhar (transcrição de vídeo).



*Figura 4 – Escolha de propostas.*

Várias mulheres comentaram sobre as técnicas construtivas e os materiais que poderiam ser utilizados na execução das propostas, como pallets, restos de cerâmica e madeira, pneus e outros materiais recicláveis.

No terceiro momento, entregamos as propostas impressas e pedimos que a comunidade escolhesse as que mais se identificavam e que se sentissem livres para sugerir mais ideias. Percebemos a preocupação em discutir entre eles o que poderia ser melhor para o local, quais eram as vantagens e desvantagens, além do cuidado de perguntar algo quando estavam em dúvida. Enquanto as pessoas discutiam, montamos na parede um painel de papel, escrevemos como título “Como eu quero o Loreto?” e as pessoas foram convidadas a colar as imagens das propostas escolhidas, a desenhar novas ideias, a escrever soluções, ou seja, ficarem livres para propor e adicionar ao painel. Foram disponibilizados para isso fichas coloridas, post-its, canetas coloridas e as propostas que haviam sido impressas previamente. Este método é chamado de Metaplan descrito por Collete (2010).

Nesse momento, notoriamente as pessoas se sentiram mais relaxadas para participar. Praticamente todos contribuíram de alguma forma para montar o painel. As crianças se sentiram a vontade para desenhar também.



*Figura 5 – Construção do painel.*

Com o fim da montagem do painel, discutimos algumas das propostas e ouvimos a senhora Maria do Rosário falar:

A prioridade das prioridades é as crianças né? Não poderia logo ver a situação das crianças nessa área aqui? Deixar esse local aqui que elas estudam, que elas fazem as aulas de reforço melhor pra elas? As mesas podia pintar, ver outras mesas melhores [...] outras cadeiras mais coloridas ou a gente mesmo pintar [...] colocar prateleiras (transcrição de vídeo).



*Figura 6 – O painel finalizado.*

Após esse momento, a maioria das pessoas seguiu para suas casas. Os membros do Solar foram convidados a almoçar no local. Durante o almoço, em um momento de descontração, novas discussões começaram a surgir, consideramos a fala da Maria do Rosário sobre a urgência em se priorizar um espaço organizado para o reforço escolar das crianças, já que todas as atividades estavam concentradas na casa amarela e estávamos no início do período chuvoso, dificultando muitas atividades que aconteciam ao ar livre no terreno.

Surgiu então a ideia de aproveitar uma edificação que estava sendo usada apenas como depósito para a realização de um mutirão de intervenção para transformar o local em um espaço para práticas artísticas e educacionais, tais como pintura e artesanato. As intervenções seriam de pintura, criação e recuperação de mobiliário, organização de layout e intervenções lúdicas, tudo isso por meio da colaboração voluntária e da utilização de materiais descartados. O evento foi planejado em conjunto - Solar e comunidade do Loreto - e compartilhado em redes sociais com o intuito de atrair o maior número de pessoas que pudessem colaborar.



*Figura 7 - Mutirão.*

No dia acordado, a primeira etapa foi a organização de uma dinâmica de reconhecimento para apresentação das pessoas que estavam presentes, com nome, ocupação e o que esperavam do mutirão, o que achavam que poderia ser realizado naquele dia. Para facilitar, quando cada pessoa se apresentava, escrevamos seus nomes em fichas adesivas e colocávamos nas suas roupas. Cada pessoa ia manifestando o que achava que poderia ser realizado, como pintura no local, conserto do telhado, restauro das mesas e etc. Cada item foi anotado e partimos então para a divisão de grupos de trabalho com objetivo de acelerar o processo e trabalhar de forma colaborativa. Os grupos foram divididos voluntariamente, cada pessoa escolheu a atividade que gostaria de realizar.

Três semanas após o mutirão, representantes da Associação mandaram fotos para o EMAU Solar, mostrando como as crianças estavam utilizando o espaço, comprovando que o trabalhado havia sido bem realizado e o melhor, atendia às necessidades da comunidade. Algo muito importante a se observar, é como a comunidade logo se apropriou do novo espaço, colocando as prateleiras nos locais, guardando materiais, criando um caminho de acesso à edificação e principalmente usufruindo para as aulas de reforço para as crianças.



*Figura 8 – Uso do espaço após o mutirão.*

Após o mutirão, o EMAU Solar passou a trabalhar no projeto para o Loreto formando um grupo de trabalho (GT) dentro do escritório, este projeto aconteceu em processo participativo, onde todas as etapas foram trabalhadas em conjunto. Nas reuniões que se seguiram para diálogo o escritório modelo preocupou-se em apresentar de forma lúdica e facilitar para que a comunidade intervisse.

Estudamos a localização das edificações na planta, além da consideração de aspectos técnicos como ventilação, insolação e predominância de árvores de grande porte, os fluxos que aconteciam dentro do sítio. Para obter isso, mostramos uma planta baixa e pedimos que eles marcassem com diferentes cores de giz de cera, os caminhos percorridos por cada grupo que frequenta o Loreto (membros da coordenação, alunos do reforço, alunos do espaço margarida, trabalhadores da padaria, horta e "caseiros"), além de desenhar, eles também podiam mostrar fisicamente o caminho percorrido.

Dificuldades foram enfrentadas, como ao propor mudança na habitação da família que reside no sítio, percebemos que a moradora não recebeu de bom grado e achamos que este era um assunto delicado, que deveríamos evitar tocar no assunto sem que maiores esclarecimentos pudessem ser feitos. Outro ponto importante foi que enquanto fazíamos o projeto, a Associação por muitas vezes precisava resolver questões urgentes no espaço e que naturalmente as demandas iam se

transformando, inclusive o programa de necessidades. Devido às dificuldades em desenvolver o projeto e a relação de tempo acadêmico, o período de tempo que normalmente seria gasto para o estudo preliminar foi aumentado.

Prosseguindo com as atividades do projeto, em uma nova reunião geral escolhemos apresentar a proposta desenhando a planta baixa no chão de terra com objetivo que todos pudessem entender a localização de cada proposta e discutimos com eles nossas ideias. Esse método aproximou mais o projeto do entendimento das crianças, fazendo com que elas também participassem. Podíamos observar que os membros da coordenação já mostravam bastante propriedade em explicar a localização das propostas, integrando juntamente com o EMAU a posição de apresentar para todos. Durante toda a apresentação e no fim desta, qualquer sugestão ou depoimento era bem vindo e estimulado. Algumas observações foram catalogadas nesse dia e outras que apareceram já haviam sido discutidas internamente entre o grupo do EMAU e chegávamos a uma decisão em comum.



*Figura 9 - Apresentação da planta de implantação.*

Após falar da planta baixa, mostramos algumas imagens referenciais impressas de técnicas construtivas alternativas sustentáveis e que pensávamos que poderíamos utilizar delas para a construção dos novos edifícios. Com a localização das propostas conversadas e das sugestões dadas pela comunidade, partimos para trabalhar no projeto, especificando cada ideia, com croquis, e desenhos técnicos.

Paralelamente ao projeto e reuniões, começamos a planejar o seminário de técnicas construtivas que tinha por objetivo apresentar algumas técnicas construtivas com terra, como a taipa de mão, o adobe e o cob, com um novo olhar, já que muitas vezes são vistas com olhar preconceituoso, porém possuem inúmeros benefícios, como manter um ambiente de clima agradável, além da construção ser feita pela própria comunidade – crianças, jovens, adultos e idosos – criando pertencimento. Marcamos o seminário para o dia 09 de julho, que foi divulgado pelas redes sociais, e decidimos aproveitar este dia para apresentar a todos a proposta do anexo educacional.

No dia acordado, começamos as atividades nos apresentando, como de costume, e pedindo que todos os participantes se apresentassem também para que todos pudessem se reconhecer. Explicamos o que havíamos planejado para a tarde e assim demos início ao seminário. Durante e após o fim da fala da palestrante, os comentários que surgiram em sua maioria foram favoráveis ao uso do tipo de construção. Os que não foram, surgiram como críticas construtivas – sobre a dificuldade em envolver os jovens e adultos da comunidade.

Com todas as dúvidas sanadas e depoimentos registrados partimos para a segunda etapa das atividades, a apresentação da proposta do projeto. Pedimos que todos nos acompanhassem para a edificação que sofreu intervenção do mutirão. No local, demarcamos previamente, com estacas e barbante, as principais dimensões que a nova edificação iria ter e pedimos para as crianças ajudarem a delimitar as que faltavam. Elas fizeram questão de ajudar, animadas com a dinâmica. O objetivo era de demonstrar a dimensão real dos espaços. A resposta favorável era perceptível, todos se mostraram bastante animados e dispostos a construir juntos aquele novo espaço.



Figura 10 - Apresentação da proposta para o anexo educacional.

Após esta dinâmica pedimos para que todos entrassem novamente para apresentarmos a planta baixa do anexo, com o cuidado de explicar detalhadamente e associar ao que foi dito na dinâmica.

### DISCUSSÃO SOBRE OS MÉTODOS E PROCESSOS UTILIZADOS

Analisando os métodos levantados aplicados na prática com a comunidade percebemos que elas são aplicadas em um processo não linear, ou seja, pode ocorrer a necessidade de repetir uma ou mais etapas. Em que os técnicos primeiramente conhecem o “objeto” de estudo para posteriormente buscar propostas para resolver e alcançar os objetivos almejados, discutem em conjunto as propostas modificando e adequando de acordo com as opiniões da comunidade.

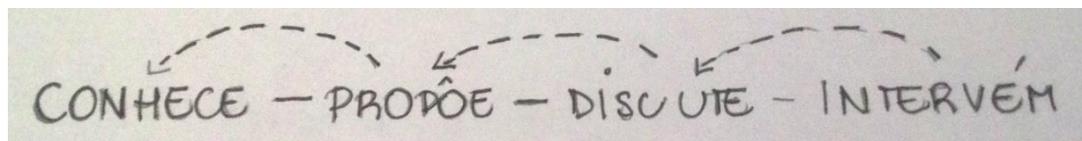


Figura 11 – Processo participativo.

Foi possível verificar que a arquitetura deve ser construída em um processo dialético, considerando o contexto, a situação econômica e que a metodologia de projeto participativo não é fechada, imutável e, sim, passível de transformação e adaptação de acordo com cada caso. Mesmo com as dificuldades de se desprender dos métodos convencionais repetidamente praticados na universidade, a troca de experiências, troca de conhecimentos e ao mesmo tempo, a proximidade com a comunidade, resulta em uma experiência bastante enriquecedora, tanto pessoal quanto profissional, e atuante em minimizar barreiras sociais e econômicas.

Muitas vezes os métodos de participação previamente planejados podem acabar limitando as respostas da comunidade e a prática nos mostra que construir uma relação de confiança no estabelecimento de um diálogo aberto, em que todos tem liberdade em falar e ouvir podem facilitar as tomadas de decisões. Ao considerar esses aspectos podemos compreender a importância da participação dos usuários em projetos arquitetônicos e de urbanismo, construindo pertencimento e permitindo a autogestão da comunidade.

Finalmente, podemos concluir que os resultados encontrados neste estudo são considerados satisfatórios pois foi possível a inserção da metodologia de participação no desenvolvimento do projeto para o Loreto, acompanhando e analisando o progresso do trabalho numa troca de experiência de vida e no exercício da função social da profissão de arquiteto e urbanista. No que diz respeito as metodologias adotadas, percebe-se que os resultados são bem satisfatórios e que a inclusão da comunidade no processo de projeto, depende muito mais da disposição do arquiteto do que da comunidade em si. Os métodos têm sido bem eficientes e cada vez mais estão se aprimorando, mas é importante ressaltar que não há uma fórmula a ser usada e que garanta o sucesso e o êxito do trabalho. Cada comunidade tem suas especificidades, o que acaba influenciando no modo de lidar com cada uma delas. Trata-se muito mais de instrumentos e ferramentas a serem utilizados para uma aproximação entre arquitetos e comunidades.

## REFERÊNCIAS

- BORDENAVE, Juan E. Diaz. O que é participação?. Editora Brasiliense, 1983.
- BROSE, Markus. O Método ZOPP para Planejamento e Gestão de Projetos. In: BROSE, Markus (org.). Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos. Tomo Editorial, porto Alegre, 2010.
- COLETTE. Maria M. Moderação. In: BROSE, Markus (org.). Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos. Tomo Editorial, porto Alegre, 2010.
- Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. “Lei de Assistência Técnica ainda não é realidade no Brasil”. 2012. Disponível em <<http://www.caubr.gov.br/?p=4355>> . Acesso em 26 de maio de 2016.
- CORDIOLI. Enfoque Participativo no Trabalho em Grupos. In: BROSE, Markus (org.). Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos. Tomo Editorial, porto Alegre, 2010.
- FeNEA. Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (POEMA). Florianópolis, 2005.
- Freire, Paulo. Extensão ou comunicação? Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1983. 93 p. (O Mundo, Hoje, v. 24)
- IBGE. Aglomerados Subnormais: Informações Territoriais. 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acesso em 05 de junho de 2016.
- JONES, Peter, PETRESCU, Doina; TILL, Jeremy. Architecture and participation. Ebook. London: Routledge, 2005. P 1-12.
- KAPP, Silke et al. Arquitetos nas favelas: Três críticas e uma proposta de atuação. IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia “Inovação e Responsabilidade”. Florianópolis, 2012.
- MARAGNO, Gogliardo V. Quase 300 cursos de Arquitetura e Urbanismo no país: como tratar a qualidade com tanta quantidade? Algumas questões sobre qualificação e ensino no Brasil. 2012. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.161/4930>>. Acesso em 07 de março de 2016.
- MARICATO. Ermínia. MetrÓpole na Periferia do Capitalismo. 1995. In: GONÇALVES, Maria Flora (org.). O novo Brasil urbano. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1995, p. 261289.
- RIBEIRO, Diego. “Assistência gratuita para construções é ignorada”. 2012. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/assistencia-gratuita-para-construcoes-ignorada-2lhayvg9tj628zsre0t7jyp8u>>. Acesso em 26 de maio de 2016.
- Revista da Associação Brasileira para Promoção da Participação – PARTICIPE. Ano 2, nº 2, janeiro de 2002. Disponível em

<<https://coproducaodobempublico.wikispaces.com/file/view/Arnstein+S.++Uma+escada+da+participaçãoc3%A7c3%A3o+cidadãc3%A3.pdf>>. Acesso em 22 de março de 2016.

SANOFF, Henry. Multiple Views of Participatory Design. 2006. Disponível em  
<<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.556.2523&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em 04 de junho de 2016.

WHITAKER, João S. F. Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil - Qual o papel da profissão?. *Arquitextos*, Ano 12, 2011. Disponível em:  
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>>. Acesso em 07 de março de 2016.